

Mesa-redonda

A importância dos fundos arquivísticos para o conhecimento dos artistas

A importância dos fundos arquivísticos para a História da Arte, a sua diversidade e complexidade, foi o tema da segunda mesa-redonda realizada no último dia (23 de Junho de 2005) do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Sem uma exaustiva informação documental e não existindo o conhecimento preciso de todo o processo artístico, o estudo do objecto – ainda que fundamental no processo da sua história – fica incompleto sem o acompanhamento de todos os dados relacionados com ele. Essa informação é ainda mais necessária, quando o fim do nosso trabalho é o conhecimento dos artistas e artífices que, ao longo do tempo, foram contribuindo para o longo processo artístico.

Num colóquio, cujo tema versa *Artistas e Artífices e a sua Mobilidade* a organização do encontro científico, consciente da importância do assunto, organizou esta mesa-redonda para que existisse um espaço de reflexão e debate. Para a sua concretização foram convidados para participar os seguintes Professores Doutores: Anna Maria Monteiro de Carvalho (Professora na Pós-Graduação do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro); Agostinho Araújo (Faculdade de Letras, Universidade do Porto); Maria Helena Ochi Flexor (Professora Emérita da Universidade Federal da Bahia); Cybele Vidal Neto Fernandes (Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro); e Luís Alexandre Rodrigues (Professor da Escola Secundária Abade de Baçal).

Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves
(Presidente da Mesa-redonda)

Sendo uma especialista em Mestre Valentim (1745-1813), importante urbanista, arquiteto, escultor e entalhador da cidade do Rio de Janeiro nos finais do século XVIII aos inícios do XIX, gostaria de relatar aqui os caminhos que adotei na identificação de algumas de suas obras e do seu status social:

1 - Os Livros de Admissão e de Óbito da Irmandade dos Pardos de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito datam sua entrada na Ordem, sua morte e fixam sua condição social.

2 - No cinquentenário de fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), comemorado com a exposição “Réquiem pela Igreja de São Pedro, um patrimônio perdido”, da qual fui a coordenadora, as inúmeras peças de talha da igreja encontradas em coleções particulares e as fotos do seu interior antes da demolição, pertencentes ao Arquivo do SPHAN, traziam-me a desconfiança de que estivesse aí a mão do artista. Um recibo de pagamento feito a Valentim nos Livros de Receita e Despesa da Irmandade de São Pedro - anos de 1793-1820 (nunca pesquisado) foi o documento fundamental, o precioso elo que alicerçou a identificação. Localizei as peças encontradas na talha da igreja e empreendi uma análise comparativa desta com outras de sua comprovada autoria, notadamente o retábulo-mor da igreja de N. Sra. da Conceição e Boa Morte, praticamente idêntico ao da igreja de S. Pedro.

3 - Na arte do Rio de Janeiro no período colonial são fluidas as especializações que regulam os Regimentos de Ofício. A publicação de “Um litígio entre os marceneiros e entalhadores do Rio de Janeiro” envolvendo o mestre de Mestre Valentim, Luís da Fonseca Rosa, que reivindicava para si o reconhecimento profissional de entalhador, foi relevante no reconhecimento deste estatuto tam-

bém para seu discípulo, nomeado mestre em 1772.

4 - Nas obras públicas que Mestre Valentim concebeu e executou como urbanista, arquiteto e escultor, as indicações contemporâneas do artista foram da maior relevância, uma vez que os Termos de Acordo dos Contratos não existiam, provavelmente desaparecidos no incêndio do Senado da Câmara, em 1792. Tudo que se sabe sobre sua participação naquelas obras - traçado do Passeio Público, pavilhões, chafarizes e esculturas - durante a gestão do vice-rei D. Luís de Vasconcelos (1779-1790) está no relato feito por um seu discípulo, Simão José de Nazaré, ao primeiro biógrafo do artista, o historiador Manuel de Araújo Porto-Alegre". Também a pintura "Feliz e Pronta Reedificação do Prédio do Recolhimento do Parto" (dat.1789 e ass. Francisco Muzzi - Museu Castro Maya), mostra Mestre Valentim curvado ao gesto de mando do vice-rei, mas detendo em suas mãos o "risco" da obra, ficando assim claro que na época já lhe reconheciam a condição de arquiteto.

Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho
(Professora na Pós-Graduação do Departamento de História da
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Trata-se da importância dos fundos arquivísticos para pesquisa de artistas e artífices luso-brasileiros, quer os acervos portugueses, destacando o Projeto Resgate, quer os brasileiros em nível nacional, estadual ou municipal. Tecem-se considerações, ainda, acerca da documentação dita colonial, a imperial e a republicana, enfocando, especialmente o caso da Bahia/Brasil.

Maria Helena Ochi Flexor
(Professora Emérita da Universidade Federal da Bahia)

1 - Observei que, dentre as 55 comunicações 16 trataram, de modo mais direto, as questões referentes à mobilidade dos artistas e artífices no espaço luso-brasileiro, tema central do Colóquio, e as demais o fizeram abordando problemas observados dentro de uma determinada temática.

2 - O tema levanta, de início, as dificuldades de acesso aos arquivos (seja no Estado, País, ou no Exterior, muitas vezes até mesmo em Roma (no caso dos Jesuítas) e a dificuldade de leitura dos documentos, muitas vezes deteriorado ou escrito de maneira à antiga, o que dificulta em muito a compreensão do texto. Do mesmo modo, exige, como bem foi observado "atenção contínua ao entorno da produção artística" pois "nada é feito do acaso; nada independe das circunstâncias" (Professor Dr. Pedro Dias)

3 - Impõe-se, certamente, a reavaliação dos trabalhos já realizados e a sua análise, sob novos pontos de vista, assim como de levantamentos ainda não publicados como, por exemplo, o importante arrolamento dos artistas e artífices do Rio de Janeiro, há anos aguardando publicação, trabalho de Judith Martins, realizado com a finalidade de continuar as publicações de dicionários sobre o tema, após a edição do dicionário publicado, em dois volumes, para a região de Minas Gerais.

4 - No presente Colóquio foram apontados, em algumas comunicações (Professora Dra. Natália Marinho, Professor Dr. Jaime F. Alves, Professora Dra. Cybele Vidal) problemas referentes às sociedades ou parcerias, aos contratos e louvações, aos campos de ação mal delineados, dos mestres e artífices, seja em Portugal ou no Brasil. Essas questões dificultam o trabalho de levantamento e as conclusões necessariamente tiradas dos dados arrolados.

5 - Importa considerar que o somatório dessas dificuldades, considerando-se ainda, como comumente acontece, a difícil relação com as pessoas ou entidades responsáveis pelos arquivos e acervos, sejam quais forem, por vezes trazem grandes atrasos às pesquisas, ou mesmo levam o pesquisador a desistir de estudar um assunto (caso especialmente observado nos cursos de pós-graduação).

6 - Os avanços na informatização dos acervos, no Brasil e em Portugal, vêm contribuindo bastante para minimizar algumas dificuldades. Mas isso não é tudo: o pesquisador deve ser dotado de muita paciência e perseverança, pois ainda há muito a fazer, de um lado e de outro do Atlântico.

7 – Estou certa de que avanços mais significativos só serão observados com o estabelecimento de parcerias institucionais, como a que está para ser efetuada, para o desenvolvimento de projetos bem delineados, amparados por financiamentos que alimentem as necessidades imediatas da pesquisa, em suas diferentes fases, de modo a garantir o alcance dos objetivos traçados.

Professora Cybele Vidal Fernandes

(Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da
Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Versando matérias da História da Arte, o elevado número de títulos, publicados ou não, que nas últimas décadas tem enriquecido o espólio das principais bibliotecas expressa os resultados positivos alcançados pelo conjunto de estudiosos que se têm dedicado à abordagem destas temáticas. Diga-se também que, em boa medida, estes trabalhos reflectem novas orientações e os incentivos pessoais gerados nos departamentos de História da Arte das Universidades portuguesas, progressivamente dotados de crescente autonomia.

Usando imagens e símbolos, a revolução mediática tem contribuído para um ambiente de curiosidade que se estendeu a objectos artísticos cada vez mais acessíveis tanto para o especialista como para o simples curioso. Contudo existe mais mundo para lá deste plano da superfície. Um mundo que trata de personagens adormecidos e revela testemunhos que, se não dão novo sopro de vida a muitos objectos e aos seus autores, são capazes de transpor a opacidade dos estados de espírito e de nos aproximarem da realidade vivida, o essencial para se definirem os contornos da sua compreensão. E o historiador da arte é o demiurgo que, ao arrepio de gestos dramáticos e de vaidades efêmeras, em atitude de respeito pelo passado e em exercício continuado de humildade, destrinça as complexidades num processo em que diversas circunstâncias determinam a fecundidade da experiência humana.

Do trabalho de arquivo nutre-se a acção do investigador direccionado para resgatar a informação susceptível de penetrar a espessura dos tempos: as ideias e os valores que num dado tempo foram social e artisticamente determinantes. Informação que deveria ser organizada, divulgada e cruzada para se obstar à sobreposição de esforços e ao resvalar para situações de trabalho com características caóticas. Ainda que com mais atraso do que noutros países, em Portugal é à investigação arquivística que se deve o conhecimento envolvente das vidas dos artistas e artífices, campo em que para além dos aspectos de natureza pessoal também nos interessam os fenómenos do social e o repertório dos seus principais movimentos. A eliminação de dúvidas a respeito dos actores com protagonismo no domínio da arte implica que nos inteiremos da complexa trama social e dos condicionamentos da formação, evolução e até dos passos que guiaram os arquitectos, pintores, imaginários ou simples práticos num quase incessante peregrinar por várias regiões do território nacional que também era insular e ultramarino para além de, convém sublinhar, em certo momento ter sido agregado à monarquia filipina. Na parte que nos cabe, a nossa pesquisa tem privilegiado a região interior de Trás-os-Montes onde a par com os fluxos de artistas galegos e minhotos a investigação recente tem evidenciado a importância do foco viseense. Ao mesmo tempo, conjunturas particulares como a que se seguiu ao desaparecimento de D. Sebastião, as vantagens da proximidade e a presença da catedral de Miranda do Douro junto da raia suscitaram a presença de mestres oriundos do outro lado da fronteira. Nesta matéria, não só a lista de nomes de pintores, entalhadores, imaginários, vestimenteiros e prateiros tem aumentado como também urge valorizar o papel e sistema de organização dos mestres de pedraria oriundos do meirinhado de Trasmiera, os quais tiveram, por exemplo, acção directa na construção do aqueduto seiscentista para abastecimento de água à cidade de Miranda do Douro.

Como sabemos, neste tempo social pautado por um ambiente as reminiscências corporativas, os laços familiares e os interesses de grupo pesavam muitas vezes na hora de se arrematar uma obra na praça pública. Ao mesmo tempo, durante o Antigo Regime, factores como a estruturação social

da família e o estado do artista condicionavam as distâncias a percorrer, o tempo de permanência e até a capacidade contratual já que esta, não dependendo unicamente da capacidade técnica, exigia uma retaguarda onde do jogo de diversas influências emergiam as personagens com capacidade para se associarem e também para serem fiadores das obras.

O espólio dos antigos cartórios notariais, as contas das confrarias, os livros de testamentos são alguns exemplos de fontes documentais valiosas que importa compulsar com persistência para, na medida do possível, cartografarmos a substância da memória artística e dos seus intervenientes mais directos.

Luis Alexandre Rodrigues

(Professor da Escola Secundária Abade de Baçal)

1. A minha fala tem, como ponto de partida, a experiência de historiadora da arte, atuante na Escola de Belas Artes na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Refere-se, portanto, à realidade brasileira e, até mais especificamente, à vivência carioca.

A questão do restauro como prática do arquitecto, no caso brasileiro, está ligada à geração modernista, que, ao mesmo tempo que iniciou a legislação e a prática da construção patrimonial, foi protagonista de um projecto ousado de construção do novo, que alçou a arquitectura moderna brasileira a padrões internacionais de reconhecimento. Assim, o tombamento e a preservação do passado estão entrelaçados a um projecto de futuro, uma ideia de Brasil, que uniu, não apenas arquitetos (como Lúcio Costa, Óscar Niemeyer entre outros), mas também poetas e artistas (como Mário de Andrade, Portinari, etc.), assim como intelectuais (como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Eveyre, etc.).

O problema que se coloca nos tempos atuais, em que se processa uma crítica contundente dos paradigmas modernistas, é o ofuscamento de uma questão mais profunda, enraizada nos conceitos de memória e esquecimento, de intensificação do passado e construção do futuro. Assim, a “desconstrução” que se faz atualmente no Brasil, “desmistificando” a ideologia da geração modernista, não deve ser generalizada, a ponto de tomar a posição ingénuo de rejeitar em bloco a obra daquela geração, livrando-nos do enfrentamento da problemática de nossa própria época. Isto é, nos tempos atuais, de globalização e império absoluto do mercado, não havendo mais lugar para o projecto do novo, a definição do passado e dos valores culturais a serem preservados torna-se desfocada, sem parâmetros verdadeiramente culturais para a distinção entre memória e esquecimento.

Sónia Gomes Pereira

1 – A ação do arquiteto no campo do Restauro requer uma formação de base, que principia nos cursos de graduação, conscientizando os futuros profissionais a atuar com respeito sobre as áreas de valor patrimonial, mas principalmente, orientando-os no ato de “ver” o bem patrimonial. Para tanto, é essencial trabalhar com a noção de “Tempo”, capacitando-os a perceber a produção artística/arquitetônica em sua relação com o passado e o presente.

2 – Para além da formação voltada para o respeito ao patrimônio legado pelo passado é preciso conscientizar os futuros profissionais do ramo da arquitetura quanto a responsabilidade que detêm enquanto agentes de produção do patrimônio que o nosso tempo depositará para o futuro.

3 – O restauro e preservação do patrimônio enquanto prática do arquiteto terá sempre um alcance restrito caso não haja a apropriação deste patrimônio por parte da população. Para tanto, faz-se necessário aprofundar a noção de cidadania, ação que precisa ser levada às escolas de ensino fundamental. Neste aspecto os arquitetos têm grande contribuição a dar, participando de programas educativos e disseminando o conhecimento que possuem sobre a matéria.

Maria Berthilde Moura Filha